



Anais da Assembleia

Nº 159

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DULIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Catto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 110.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edson Silva Lino, João Preis, Júlio Bifon, Mário Bezerra, Namir Piacentini e Plauto Miró Guimarães (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) / Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Se-

Curitiba, quinta, em 11.11.93

nhores Deputados).

Vinte e dois Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 078/93

Curitiba, 09 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 25 da Lei Estadual nº 10.039, de 16 de julho de 1992 e no artigo 8º da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, comunico que procedemos a 3.^a correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para a 3.^a correção foi de 40%, sendo que o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, acumulado no trimestre foi de 146,93%, referente a 31,01% do mês de julho, 33,34 do mês de agosto e 35,63% do mês de setembro. A correção em 40% foi estipulada em função da projeção das receitas estaduais.

O Orçamento Geral do Estado passou a ter a composição apresentada a seguir, observando que foram estabelecidas as regras estatísticas para arredondamentos.

Em CR\$ 1.000

Orçamento Fiscal	145.685.291
Orçamento Próprio da Administração Indireta (exclusive as transferências do Tesouro)	40.196.743
Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (exclusive transferências do Tesouro)	384.486.293
TOTAL GERAL	570.368.327

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as minhas expressões de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 079/93

Curitiba, 09 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Le-

gislative anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 13.857.285,00 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender outras despesas de serviços de terceiros e encargos do próprio Tribunal de Contas.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Assembléia Legislativa.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 13.857.285,00 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 0300	ITRIBUNAL DE CONTAS	I	I I I		I I
I 0301	ITRIBUNAL DE CONTAS	I	I I I		I I
I 2741	ICONTROLE LEGAL DA ADMINISTRACAO	I	I I I		I I
I	IFINANCAIRA	I	3132.00100ILI	13.857.285	113571
T O T A L I				13.857.285	1

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 0100	IASSEMBLEIA LEGISLATIVA	I	I I I		I I
I 0101	IASSEMBLEIA LEGISLATIVA	I	I I I		I I
I 2567	IPROCESSO LEGISLATIVO	I	4210.00100ILI	13.857.285	113571
T O T A L I				13.857.285	1

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4469

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182

do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 640/93, Mens. 074/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o refinanciamento de dívidas do Estado.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 655/93, Mens. n° 076/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a venda das Ações pertencentes à COPEL.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 654/93, Mens. n° 077/93, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei que trata da composição do COMPREVI.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 395/93 item 13 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Domingos Carvalho, Cleiton Kielse, Carlos Simões, João Iensen, Neivo Beraldin, Lourenço Fregonese, Nilton Barbosa, Renato Adur, João Arthur Ritti.

REQUERIMENTO N° 4480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 395/93 item 13 da Ordem do Dia da presente

Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Domingos Carvalho, Cleiton Kielse, Carlos Simões, João Iensen, Neivo Beraldin, Lourenço Fregonese, Nilton Barbosa, Renato Adur, José Arthur Ritti.

REQUERIMENTO N° 4481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei n° 509/93 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 4482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei n° 439/93 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 4478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão para discussão e votação da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 4483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de Sessão Especial, a ser realizada no próximo dia 17/11/93, para analisar a Mensagem Governamental que tem por objetivo discutir a venda das ações da COPEL.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Paulo Maia, Duílio Genari, Ovídio Constantino, Nilton Barbosa.

REQUERIMENTO N° 4466

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Eseslava Posnik, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa de grande estima e

amizade, que com seu passamento causará saudades aos amigos e parentes enlutados.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4467

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Pomcke, aos 50 anos de vida, deixando viúvo o Senhor Afonso Pomcke.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, e que deixou muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos que a conheciam.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4472

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, com anuência do Plenário, o registro em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Carlos Munhoz da Rocha, ocorrido nesta cidade.

Propõe ainda que da manifestação deste Poder seja dado conhecimento à família do ilustre paranaense desaparecido.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Carlos Munhoz da Rocha, que faleceu no último dia 6 aos 54 anos de idade, era filho do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha e da Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha. Casado com Dona Liz Zoé Silva Munhoz da Rocha, que deixa viúva; deixa ainda as filhas Ana Lúcia, casada com Antonio Caetano de Pádua Júnior e dois netos; Lia Beatriz, casada com Lukala Nóbrega e dois netos, e Tereza Cristina, solteira.

O Dr. Carlos Munhoz da Rocha era descendente de uma tradicional família paranaense; tendo sido irmão do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha neto, já falecido e também dos Senhores Gabriel Munhoz da Rocha, Miguel Munhoz da Rocha, José Maria Munhoz da Rocha, Caetano Munhoz da Rocha, Francisco Munhoz da Rocha e Manoel Antonio Munhoz da Rocha, todos já desaparecidos. Deixa ainda os irmãos, Raphael, ilustre jornalista paranaense e Paulo, Deputado Federal pelo Paraná; além de irmãs.

Na vida profissional, após se diplomar em Engenharia Civil, o Dr. Carlos foi membro do corpo de engenheiros do BANESTADO;

dirigiu a firma Empreendimentos Labor S.A.; foi diretor do Banco HabitaSul; conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia por vários mandatos, diretor do Instituto de Engenharia do Paraná; membro do Sindicato da Indústria da Construção Civil e ultimamente, era chefe do Gabinete Parlamentar do Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha, em Curitiba. Ao falecer, era Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Civis - Departamento do Paraná.

Interessado pelas coisas da sociedade, Carlos Munhoz da Rocha foi membro do Conselho do Movimento pela Unidade do Paraná e concorreu à Vice-Prefeitura de Curitiba nas últimas eleições, pela chapa do PSDB. Como líder da sua categoria profissional, procurava defender intransigentemente a profissão de engenheiro, destacando sua relevância para a sociedade e a respeitabilidade de seu exercício.

Na área humanitária, Carlos Munhoz da Rocha foi dirigente e membro ativo de várias instituições de beneficência e integração, como a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba; a entidade assistencial infantil ANAPAC; o Educandário Caetano Munhoz da Rocha tendo demonstrado seu empenho pela construção de um mundo que ficou melhor com sua passagem entre nós.

REQUERIMENTO N° 4479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Claudino Crestani, ocorrido em data de ontem, próximo a Cuiabá.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de ontem (10.11.93), o empresário Claudino Crestani, em acidente de trânsito próximo a Cuiabá.

O extinto deixou viúva Dona Lélia e 4 filhos.

Claudino Crestani era empresário, um dos Diretores do Grupo Olvepar da cidade de Clevelândia, cujo grupo tem outras empresas no Estado de Santa Catarina e no Estado do Mato Grosso, razão de sua estada na região do acidente.

O passamento de Claudino Crestani veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Claudino.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Claudino Crestani e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Senhor, abençoei a família Crestani para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais justa e mais santa. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus o ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Claudino sob a sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Crestani, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 4468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao radialista Antenor Santos, que através do seu programa diário pela Rádio Independência de Curitiba Ltda, vem de forma ilibada e prestativa, fornecendo ao ouvinte curitibano e da região metropolitana, prestação de serviços irrelevantes.

Com entrevistas, entretenimento e conhecimento, Antenor Santos consegue em três horas de programa (14 às 17 h), colocar a população ouvinte a par de todos os acontecimentos do dia, ao mesmo tempo em que, informa de modo claro e objetivo os desdobramentos dos fatos relatados. Outro aspecto importante a ser abordado é a credibilidade deste homem de comunicação junto à comunidade.

Desta maneira, pela postura ética, moral e criteriosa que norteiam o comunicador, venho a propor este voto de louvor a Antenor Santos, que tem integralmente responsabilidade com a comunicação.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Curitiba, quinta, em 11.11.93

REQUERIMENTO N° 4462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação em ata de votos de felicitações e júbilo, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Itaperuçu - Paraná, na presente data.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Prefeitura Municipal de Itaperuçu, na pessoa de seu Prefeito Manoel Joeckel, bem como à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente Senhor Antônio Fortes de Barros.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 4463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação em ata de votos de felicitações e júbilo, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Guairaçá - Paraná, a ocorrer no próximo dia 11 de Novembro de 1993.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Prefeitura Municipal de Guairaçá, na pessoa de seu Prefeito Áureo Zanfolin, bem como à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente Senhor Aparecido Valério.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 4464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação em ata de votos de felicitações e júbilo, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Tunas do Paraná - Paraná, na presente data.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, na pessoa de seu Prefeito Ademar Moacir Cordeiro, bem como à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente Senhor Orlando Martins Rasoto.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 4474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação em ata de votos de felicitações e júbilo, pelo trans-

curso do aniversário de emancipação política do Município de Guaíra - Paraná, a ocorrer no próximo dia 14 de novembro.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Prefeitura Municipal de Guaíra, na pessoa de sua Prefeita Municipal Ada Mafalda Silveira, bem como à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente Senhor José Eduardo dos Santos.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 4475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação em ata de votos de felicitações e júbilo, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Planaltina do Paraná- Pr., a ocorrer no próximo dia 12 de novembro.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Dias, bem como à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente Senhor Victor Manoel Ferreira Mexia.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 4476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação em ata de votos de felicitações e júbilo, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Nova Aliança do Ivaí, na presente data.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Prefeitura Municipal de Nova Aliança do Ivaí, na pessoa de seu Prefeito Municipal Sr. Irineu Olívio dos Santos, bem como à Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente Senhor Aparecido Valério.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 4461

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada ao Promotor de Segurança e Saúde do Trabalhador, Antônio Carlos Ribas Malaquini da DRT - PR, Moção de Apoio pela postura jurídica adotada na defesa do trabalhador João Edson Basílio, pedindo a sua reintegração ao meio ambiente de trabalho e abrindo um precedente inédito na história jurídica dos acidentes de trabalho.

Este Deputado pede ainda que seja dada Ciência ao mesmo sobre esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

De acordo com números oficiais do Sistema Único de Saúde - SUS, entre 1° de janeiro de 1992 e 29 de março de 1993, aconteceram 7.651 acidentes de trabalho em Curitiba.

Isto é apenas uma amostra do drama que toma conta diariamente da realidade das relações de trabalho no Brasil, vitimando trabalhadores, prejudicando empresas, onerando a Previdência Social e principalmente extinguindo ou tornando inepta uma grande parcela da nossa força de trabalho mais preparada.

Numa iniciativa inédita dentro da história jurídica dos acidentes de trabalho no Brasil, o Promotor Antônio Carlos Ribas Malaquini pede que a empresa Bernard Krone do Brasil reintegre o trabalhador João Edson Basílio depois de tê-lo deixado surdo e demití-lo.

O parecer do Promotor se apóia ao fato de que este trabalhador, que dedicou treze anos da sua vida à empresa, tendo inclusive aberto mão de seu salário por dois meses num período em que a fábrica encontrava-se em crise ameaçando fechar e hoje, se tornando deficiente auditivo pelo barulho das máquinas no ambiente de trabalho, não consegue mais obter um bom emprego.

A decisão abre um precedente histórico nesta área, possibilitando que milhares de trabalhadores, que hoje estão relegados à discriminação profissional voltem à atividade.

Por isso gostaríamos que este Plenário apoiasse a iniciativa do Promotor por tão dignificante atitude.

REQUERIMENTO N° 4471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Antônio Tortato, Digníssimo Prefeito Municipal de Paranaguá, solicitando que estude com a maior brevidade possível a doação de um lote ao Governo Estadual, para a construção de uma Delegacia de Polícia na Praia de Leste, naquele município.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Diariamente recebemos de moradores, e também de veranistas, pedidos no sentido de que, seja construída uma Delegacia de Polícia no Balneário de Praia de Leste.

Com os esforços dos funcionários e do Delegado, eles buscam servir com urbanismo os munícipes, porém a atual localidade

das piores possíveis em termos policiais, na questão de localização física para serviços de segurança.

Assim sendo, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Antônio Tortato, Digníssimo Prefeito Municipal de Paranaguá, pedindo que o mesmo estude as possibilidades de doação ao Governo Estadual de um terreno para a construção de uma Delegacia no Balneário de Praia de Leste, Município de Paranaguá.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 026/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica criada a Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com as atribuições definidas nesta resolução.

Art. 2° - Ao artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná fica acrescido o seguinte parágrafo.

"§ 16 - A Comissão de Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico; a política de ciência e tecnologia e a organização institucional do setor; aos acordos e cooperações com outros Estados, países e organismos nacionais e internacionais".

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(aa) ALGACI TÚLIO e
EMILIA BELINATI

Apoiamento: Colombino Grassano, Ovídio Constantino e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A riqueza material de um país depende da produção de bens e serviços através do uso coordenado da capacidade humana, capital, terra e recursos naturais. O desenvolvimento econômico pode surgir de um aumento de produção pela utilização de mais recursos e também da maior produtividade, obtida com o uso mais eficiente desses recursos. A tecnologia contribui tanto para aumentar a produção como a produtividade e o conhecimento científico para a geração de tecnologia.

Nos países subdesenvolvidos a escassez de conhecimento científico e tecnológico é uma grande barreira ao desenvolvimento. Entretanto, mais importante do que isso, são os obstáculos de natureza econômica e social envolvidos na transferência e aplicação de tecnologia. Entre eles, devemos incluir educação, comunicação, aceitação de novas idéias, eficiência administrativa

Curitiba, quinta, em 11.11.93

e liderança política, isso significa que o desenvolvimento econômico requer várias mudanças nas instituições, nos valores e nas atitudes humanas, assim como nas estruturas social e política.

Demonstração inequívoca de responsabilidade política nessa questão de ciência e tecnologia foi oferecida pelos constituintes brasileiros por ocasião de nossa Carta Federal de 1988. Decorrente da mobilização dos setores nacionais envolvidos com a questão, foi inserido no texto constitucional importantes dispositivos assegurando o apoio do Estado às pesquisas, sendo imprescindível destacar que tal apoio implica principalmente na destinação de recursos orçamentários para a área.

Apesar disso, lamentavelmente, muitos ainda desconhecem a importância dos reflexos da pesquisa científica e tecnológica nos mais diversos setores da sociedade: saúde, educação, habitação, transportes, alimentação e outros.

Incumbe ao Poder Legislativo não apenas regulamentar o dispositivo de nossa Constituição para financiamento de pesquisas, como fomentar os debates sobre a matéria, envolvendo os diversos setores com ela relacionados e acompanhar atentamente ao trâmite de proposições de qualquer natureza sobre ciência e tecnologia.

Diante disso - atendendo a uma necessidade imposta pela própria realidade do nosso Paraná e do Brasil - e que propomos a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Paraná, no formato do presente Projeto de Resolução, resultado de permanente discussão que tem desenvolvido os parlamentares autores com as entidades que representam o setor do nosso Estado.

É a justificativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 661-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) JOAO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação formulada pelo presidente da Assistência Social Bom Pastos, pastor Ivo Luiz de Souza, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade, à frente da presidência da Entidade, o que endossa por-

tanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Instituição. Encaminha-se então, o respectivo projeto de lei.

A Instituição em pauta, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Isto posto e considerando as características e postura, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a entidade em epígrafe, uma vez que a referida encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.994 de 10.01.78 e de conformidade com a documentação apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 662-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica Liga Filantrópica de Paranaíba, com sede e foro na cidade de Paranaíba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(a) JOAO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente da Associação Liga Filantrópica de Paranaíba, pastor Silvio Ferreira Pimenta, cuja postura administrativa tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da presidência da Instituição, o que endossa, portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Entidade. Encaminha-se então, o respectivo projeto de lei.

A Instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do resultado humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Face o exposto e considerando as características e postura, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a Instituição em apreço, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação pertinente e de conformidade com a documentação apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Dr. Rosinha, antes porém, essa Presidência comunica aos Senhores Deputados, que atendendo

ao artigo 90, parágrafo 3º do nosso Regimento Interno, não será mais permitido a cessão no Horário das Lideranças de um partido para outro partido.

Com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos acompanhado a nível Nacional uma quantidade enorme de denúncias envolvendo empresas e Parlamentares. Nós temos visto isso com assombro devido a quantidade de denúncias e irregularidade. A CPI do Orçamento cada dia traz uma novidade, um novo nome, uma nova empresa. Em São Paulo a Polícia Federal pesquisa o esquema de Paulo Maluf e a Pau Brasil, e aqui no Paraná já há cerca de três ou quatro meses estive nessa Tribuna denunciando irregularidades na TELEPAR. O Deputado Alborghetti no seu programa de televisão também o fez. O Sindicato dos telefônicos, dos trabalhadores da TELEPAR denunciaram e entregaram o dossiê em vários órgãos públicos federais, inclusive à Presidente da TELEBRÁS e protocolou no Palácio do Planalto denúncias de irregularidades nessa estatal que é a TELEPAR.

Nós, vários Deputados assinamos um documento e enviamos a várias autoridades contando o que se passa na TELEPAR, e a Promotora Dra. Cristina Romanó pediu ao Presidente da República o afastamento de Paulo Cordeiro por dez dias. Dez dias ele deveria ser afastado para que aquela Promotoria pudesse averiguar as irregularidades que ocorrem na TELEPAR. Mas o Presidente da República, o Ministro das Comunicações e o Presidente da TELEBRÁS fizeram ouvidos moucos, e lá continua Paulo Cordeiro. Hoje, qualquer um dos Senhores Deputados que passarem em frente da TELEPAR vai ver que o trânsito está impedido com vários carros da empresa EMBRAENE cujo proprietário é o Senhor Luiz Augusto Bentin de Lacerda. Esse senhor se encontra, também, em frente da TELEPAR num ato de protesto e diz que só sairá de lá quando Paulo Cordeiro não for mais Presidente daquela Estatal. Diz, o Senhor Augusto Bentin de Lacerda que desde 77 ele presta serviços à TELEPAR e desde 77 ele paga propinas para os diretores da TELEPAR, para poder prestar serviços àquela estatal. Diz que sempre contribuiu com campanha eleitoral de um ou de outro candidato dando gasolina, dando carro e 2 ou 3% para esses candidatos como mordida para ganhar a licitação, mas que a última diretoria, esta que lá se encontra com o Senhor Paulo Cordeiro como Presidente, ele tinha que dar 12% de todo o valor recebido durante o tempo todo que o Senhor Paulo Cordeiro ocupava e que o pagamento era feito a José Carlos Cicarino, intermediando a POLIPLAN, cujo proprietário é o Deputado Federal Lu-

Luciano Pizzato e sua esposa.

Diz o Senhor Luís Augusto Bentin de Lacerda, que está em frente à TELEPAR, hoje à imprensa que de abril de 91 até setembro de 92 pagou cerca de quatrocentos mil dólares a José Carlos Cicarino, que é o intermediário de Luciano Pizzato. Diz para todos que está lá e qualquer um dos Senhores Deputados pode ir lá conversar com esse empresário, porque eu fui lá pela manhã, que ele ficou sabendo que todo o movimento de caixa de licitação e de concorrências públicas 45% fica para Luciano Pizzato, 45 para Paulo Cordeiro e 10% dividido entre quem gerencia, que é Cicarino Geraldo Braga, que agora saiu da empresa, e o Senhor Ibson.

Isto eu já tinha dito que existia essa caixinha que agora esse empresário está denunciando.

Denuncia ainda o Senhor Luís, dono da EMBRAENE, que há um loteamento dentro da TELEPAR que é feito entre as várias diretorias. Pela Diretoria Técnica é representado o diretor lá, que tem o Deputado Federal Otto Cunha por trás que também faz parte da caixinha. Diz esse empresário, que a Diretoria de Operação está ligado o Deputado Renato Johnson; que à Diretoria de Administração, ao Deputado Pinga Fogo de Oliveira e à Diretoria de Serviços, ao Deputado Federal Carlos Roberto Massa, conhecido por "Ratinho".

Diz ele também que o Diretor-geral, Senhor Fernando Medeiros foi o tesoureiro da campanha de José Carlos Martinez e que ele, proprietário da EMBRAENE, teve que contribuir com a caixinha do Martinez para poder ganhar licitações na TELEPAR, que desde 77 ele teve que pagar a caixinha. Ele disse que após as eleições de 92, cansado de pagar percentagens para Deputados, ele resolveu não mais contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Presidência comunica que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. DR. ROSINHA - Uso o Horário da Liderança do PT.

(Assentimento)

Então, após as eleições de 92, não suportando mais a mordida por todos lados, ele deixou de pagar a caixa. E, assim, o serviço dele foi diminuindo dia após dia. Até que no dia 31 passado venceu o contrato. Sem contrato, diziam a ele, que só teria contrato se novamente ele passasse a contribuir com a caixinha.

Disse esse empresário que ontem ele foi procurado pelo engenheiro Celso Maihovsky, porque dizia esse engenheiro falar em nome do Deputado Federal Renato Johnson e que a renovação só daria se pagasse 3% para a caixinha desse Deputado.

Curitiba, quinta, em 11.11.93

Ele, dizendo-se cansado, negando-se a contribuir, resolveu que hoje faria o seu protesto. A empresa dele tem cento e cinquenta funcionários e estão todos em frente à TELEPAR junto com o patrão. E ele, que tem oitenta veículos, estacionou a frota em frente à TELEPAR, está impedindo o trânsito e pede a apuração imediata desses fatos. Hoje à tarde, portanto documentos, que diz ele, não são muitos, porque corrupção não tem como dar recibo, ele vai depor no Ministério Público Federal com a Dra. Cristina Romanó; e que hoje também está depondo naquele Ministério o dono da empresa Elma, um dos que denunciou a corrupção já no ano passado entrando na justiça, e não conseguindo na demanda judicial nada contra a TELEPAR. E volta novamente a depor.

Diz esse senhor da EMBRAENE que ele tem conhecimento de que todas as empresas que na atual administração prestaram serviços à TELEPAR, seja ela de segurança, seja de empreiteira, seja de serviços, todas estas empresas tiveram que contribuir com a caixa de Paulo Cordeiro e de Luciano Pizzato - ou seja a "caixinha" da TELEPAR - senão não ganharia licitações. Isto é uma coisa séria. Este empresário, foi perguntado a ele, porque não denunciou anteriormente? E ele disse que anteriormente não havia clima para isso no País, e que se for para passar a limpo ele estará disposto, mesmo que perca todas as empresas que tem, mesmo que vá preso, ele estará disposto a ir até o fim nessa defesa de mostrar que a TELEPAR é loteada, e ele dará os nomes de quem são os Deputados que levam dinheiro! Deputados Federais!

Era isto, Senhores Deputados!

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu tomaria a liberdade de fazer em meu nome, em nome do Deputado Orlando Pessuti e em nome do Vale do Ivaí um convite a esta Casa e ao povo do Paraná para assistir neste domingo a abertura da VII EXPOVALE - Feira Agropecuária e Industrial do Vale do Ivaí que se realizará em Ivaiporã. Fazemos este convite para que o Paraná possa conhecer a pujança do Vale do Ivaí através da sua VII EXPOVALE. A abertura será neste domingo e se estenderá até o dia 21 deste mês. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Queremos registrar a presença nesta Casa do Senhor Vereador Paulo Salamuni, da nossa Capital.

Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente,

nobres colegas.

Venho rapidamente à tribuna para formular um apelo ao Líder da Bancada do Governo nesta Casa para que Sua Excelência intervenha, faça contatos com a Casa Civil, com o Gabinete do Senhor Governador do Estado no sentido de liberar recursos para a SUCEAN - Superintendência de Controle e Combate à Erosão do Paraná. Esta Casa aprovou requerimento deste Deputado e outros colegas que subscreveram no dia 27 de outubro, já que a Secretaria do Planejamento está retendo recursos que impedem que a SUCEAN cumpra compromissos assinados através de convênios com inúmeros municípios do Noroeste para dar seqüência ao combate à erosão, um mal que agride permanentemente todo o Noroeste do Paraná.

Felizmente, de alguns anos para cá, com a existência desse órgão de combate a erosão do Paraná, tem sido possível estagnar os focos de erosão, combater as voçorocas, impedindo que algumas cidades chegassem praticamente a desaparecer. São as Cidades de Paranavaí, Cruzeiro D'Oeste, Nova Esperança, Paranacity, aquela região toda, muito especialmente a região de arenito do Caiuá e agora sabemos perfeitamente das dificuldades financeiras que o País atravessa, o Estado, mas renovo aqui um apelo ao Secretário do Planejamento através da liderança desta Casa. A SUCEAN tem compromissos na ordem de 65 milhões de cruzeiros reais, com vários municípios. Convênios assinados no mês de maio, obras que não podem ter o seu processo de interrupção. Falta sensibilidade a Secretaria de Planejamento se ainda não liberou e faço este apelo agora, porque não tenho conhecimento. Ainda ontem estive na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e em contato com o Dr. Reginaldo, Superintendente da SUCEAN, e não fui informado da liberação desses recursos, daí a razão da minha presença aqui Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

Eu quero me somar a Vossa Excelência no pedido que faz ao Governo do Estado, ao Secretário de Planejamento, para liberação de recursos a SUCEAN, porque na verdade há dias atrás nós fomos informados por alguns prefeitos da nossa região de que os recursos do orçamento da SUCEAN foram retirados para aquisição de dez caminhões coletores de lixo e feita a aquisição os mesmos foram doados ao Município de Maringá.

Nós já falávamos aqui, há vinte dias atrás sobre isso e como Vossa Excelência é conhecedor dos problemas dos municípios da região também da região de Umuarama, razão que me faz somar a Vossa Excelência esse

pedido que faz ao Secretário de Planejamento, porque na verdade além de todos os problemas da falta de recursos, são obras que se não concluídas é prejuízo tamanho para o Estado e para o Município, porque com chuvas o serviço já feito vem se deteriorar, vem se acabar, por isso pedimos urgência e aproveitando até a oportunidade caro Deputado Basílio Zanusso, no momento em que estamos aprovando aqui uma suplementação na ordem de 3,5 milhões de cruzeiros reais ao Governo do Estado, eu acho que o Secretário de Planejamento deve tomar urgentes medidas para que salvemos as obras já iniciadas e que resgatemos a credibilidade da SUCEAN, muito bem dirigida pelo ilustre companheiro Eraldo, que tem se desdobrado no atendimento de recursos e até mesmo em tubos para que combatamos a erosão em Caiuá.

Senhor Presidente, pedimos a intervenção de Vossa Excelência no sentido de um manifesto nesta Casa via Deputado Basílio Zanusso e nosso também, no sentido de que se tome providência, o Governo do Estado via Secretaria do Planejamento e via Secretaria do Desenvolvimento Urbano para que repasse os recursos a SUCEAN para que possamos continuar as obras já iniciadas, continuar não, concluir as obras iniciadas.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu que agradeço o aparte e Vossa Excelência que é da nossa região Noroeste, Umuarama, de Alto Piquiri sabe perfeitamente e os nossos colegas Deputados, que o combate a erosão a obra iniciada ela não pode parar sem que esteja concluída e Vossa Excelência como líder da segunda maior Bancada desta Casa, do PP, que dá apoio também ao atual Governo do Estado, neste momento a sua solidariedade e o seu aparte de apoio às minhas modestas palavras, mas que representa o reclamo de dezenas de Prefeitos Municipais, agradeço muito a oportunidade. E pediria também, além do aparte de Vossa Excelência, que pessoalmente empenhasse em falar com o Deputado Renato Adur para que a Secretaria do Planejamento atenda esse pedido, que não é meu, nem de Vossa Excelência, mas que é da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças. Não há oradores inscritos. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de

autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio e da Sra. Deputada Emilia Belinati, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02(dois), de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoio. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando inversão para discussão e votação da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 395/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece normas para concessão de certidões para Prefeituras. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 108, de 11.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo estabelecer normas para concessão de certidões para prefeituras.

Esta Comissão foi chamada a opinar quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo.

Não encontrando óbices, manifestamos favoravelmente à sua normal tramitação.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOAO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 395/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade estabelecer normas para concessão de certidões para Prefeituras.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Curitiba, quinta, em 11.11.93

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Srs. Deputados Domingos Carvalho, Carlos Simões, João Iensen, e demais Srs. Deputados constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 395/93.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 022/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Substitutivo Geral da C.C.J..

Está em discussão o substitutivo geral da CCJ.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Requerimento de verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será feita a verificação de votação.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Presidência fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É iniciada a chamada nominal).

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Faremos a retirada de verificação de votação para este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consultamos o Deputado que solicitou a chamada nominal se declina também. (Declina).

Está aprovado o substitutivo da CCJ. O projeto irá à terceira discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 587/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 066/93, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 587/93

P A R E C E R:

Da análise das Emendas nºs. I, II,

III, IV, anexada ao Projeto de Lei nº 587/93 de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 66/93 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao BIRD, até o limite de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do "Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná", no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, concluímos que as referidas emendas estão aptas a serem apreciadas pelo plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Apoio: Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Dalton Machuca, Ernani Pudell, Costenaro Neto, João Preis, Emilia Belinati e João Iensen.

Estão em discussão o projeto e emendas. Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Aprovado. Em votação as emendas.

Emenda nº 01, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, apoiado por dez Deputados. (Lê a emenda). Aprovada.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito ao Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É iniciada a chamada nominal).

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, declino da chamada nominal e gostaria de fazer o encaminhamento, se me permite V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em processo já de verificação de votação, não há mais encaminhamento.

O SR. NILTON BARBOSA - Então, Pela Ordem. Gostaria de perguntar ao Vice-Líder da bancada governista do PMDB, do bloco do qual fazemos parte, que esta nossa emenda foi combinada com a liderança do Governo, Deputado Renato Adur, que acaba de chegar a esta Casa. Mas a partir do momento em que vejo manifestação contrária do Deputado Vice-Líder, acho que temos, de agora em diante, que repensar os acordos que teremos que fazer. Porque não se brinca quando se faz acordo de liderança; por isto existe liderança nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito ao Deputado Oswaldo Trevisan se confirma o pedido de verificação de vota-

ção.

(Declina).

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Queremos aqui isentar a responsabilidade de nosso Vice-Líder, Deputado Oswaldo Trevisan. Realmente houve um acordo nosso com o Líder do PP. Nós não comunicamos.

A falha foi nossa e assumo a responsabilidade e nós aprovaremos a emenda do Deputado Nilton Barbosa e pedimos publicamente desculpas.

O SR. NILTON BARBOSA - Tudo bem.

O SR. BRÁSILIO ZANUSSO (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria a V.Exa. que determinasse a leitura da emenda, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Faremos novamente, Deputado. Emenda do Deputado Nilton Barbosa: (Lê a emenda).

Em votação. Aprovada.

Em votação a emenda nº 02, de autoria do Deputado Toti Colaço, devidamente apoiada. Aprovada.

EMENDA Nº 03 - Deputado Toti Colaço.

Em votação. Aprovada.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu entendo que a aprovação da Emenda do Deputado Nilton Barbosa, praticamente exclui a Emenda nº 03 do Deputado Toti Colaço.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Comissão de Redação, ao organizar o projeto, fará a verificação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - No nosso entendimento ela não exclui porque a emenda inicialmente aprovada, nº 01, exclui o inciso 2º do Artigo 4º e não havendo aprovação da Emenda do Deputado Toti Colaço, fica sem se referir à questão do programa do projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná. O entendimento foi de que esse projeto seria encaminhado à Casa com detalhamento e critérios. Então, no nosso entendimento, há necessidade de a Emenda ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Já foi aprovada a Emenda e a Comissão de Redação verificará e encaminhará aqui ao Plenário com a redação final.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeremos encaminhamento para a Emenda nº 4.

Realmente Sr. Presidente, a Emenda do Deputado Nilton Barbosa, praticamente suprimindo o item 2 do Artigo 4º, automaticamente suprime a questão da Emenda nº 4 e não a Emenda nº 3. Nós retificamos a nossa posição.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista a votação da Emenda do Deputado Nilton Barbosa, que suprime o item 2º do Artigo 4º do projeto, eu retiro a minha emenda, porque está prejudicada em face da aprovação da emenda do Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. RENATO ADUR - Nós agradecemos ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está aprovado o projeto, artigo por artigo e terá 3ª votação.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 580/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia da Cultural Racional no Paraná, a ser comemorado no dia 07 de junho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 569/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/93, que altera disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 08, de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 569/93

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 569/93, o seguinte artigo:

Art... O artigo 65 da Lei nº 10.219/92 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65 - Os benefícios previdenciários desta lei são extensivos aos contribuintes facultativos e conveniados do Instituto de Previdência do Estado".

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) JOAO IENSEN

Apoiamento: Domingos Carvalho, Ademar Traiano, José Arthur Ritti e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

Os atuais contribuintes facultativos e conveniados do Instituto de Previdência do Estado não foram incluídos nos benefícios previdenciários da Lei 10.219/92 e, apesar de estarem contribuindo nos mesmos índices e percentuais estabelecidos nela, não têm direito à pensão integral, de 100% (cem por cento), mas apenas de 60% (sessenta por cento) conforme estabelece a Lei nº 7.398/80.

Com seus benefícios reduzidos, esses contribuintes têm ferido o direito de isonomia constitucional previsto no artigo 5º da Constituição Brasileira.

Curitiba, quinta, em 11.11.93

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, de nº 2

Dar nova redação ao § 6º do art. 149, disposto no art. 2º do Projeto de Lei 569/93, nos seguintes termos:

"Art. 2º - ...

Art. 149 - ...

§ 6º - Nos casos de afastamento para cursos de duração superior a 01 (um) ano, consideram-se usufruídas as férias nos períodos de recesso acadêmico, ocorrido no prazo de duração do afastamento autorizado."

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) PAULO MAIA

e EMILIA BELINATI

Apoiamento: Heinz Herwig, Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Lourenço Fregonese. Colombino Grassano e Élio Rusch.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Art. 1º do Projeto de Lei nº 569/93 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

Art. 195 - O Salário-família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado, ao funcionário ativo ou inativo, pelos dependentes:

I. filho menor de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade;

II. filho portador de deficiência, de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada;

III. filho estudante, que freqüentar curso secundário, em estabelecimento de ensino oficial ou particular e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de dezoito anos.

IV. outros dependentes assim previstos em lei."

Sala das Sessões, em 11.11.93

(a) PAULO MAIA

e EMILIA BELINATI

Apoiamento: Heinz Herwig, Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Élio Rusch e Lourenço Fregonese.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Incluir mais um artigo no Projeto de Lei nº 569/93, no seguintes termos:

"Art. 6º - O valor do benefício do salário-família, será de 5% (cinco por cento), calculado sobre a menor remuneração paga pelo Poder Executivo".

Sala das Sessões, em 11.11.93

(aa) PAULO MAIA

e EMILIA BELINATI

Apoiamento: Ovídio Constantino, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig, Colombino Grassano, Élio Rusch e Doutor Rosinha.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Substitua-se o artigo 1º da proposição supra, pela seguinte redação:

Art. 1º - O art. 195 da Lei nº 6.174

de 16 de novembro de 1970 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 195 - O salário-família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado, ou em disponibilidade, como contribuição ao custeio das despesas de manutenção de sua família.

§ 1º - Conceder-se-á salário-família ao funcionário pelos dependentes:

I - filho inválido de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada;

II - filho estudante de qualquer condição, que frequentar curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de 21 (vinte e um) anos.

III - outros dependentes, previstos em lei, sob a guarda e sustento do funcionário;

Parágrafo Único - O artigo 196 da Lei 6.174 de 16.11.70, bem como seus incisos, ficam automaticamente suprimidos.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(aa) DOUTOR ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO

e ERNANI PUDELL

Apoio: Emilia Belinati e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

O salário-família deve-se adequar à realidade constitucional e não afrontar direitos inscritos em legislação, hierarquicamente superior (art. 7º, XII da Constituição Federal). Há ainda que se considerar que, Estado sempre foi responsável pelo custeio das despesas de manutenção com família do trabalhador. Prática que foi reforçada com a instituição do salário família pela Lei 4.266 de 03.10.63.

Portanto, sob pena de ações constitucionais, o Estado não deve restringir o que a Lei maior não determina.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Suprima-se o parágrafo 6º do artigo 2º da proposição em epígrafe.

Sala das Sessões, em 11.11.93

(aa) OVIDIO CONSTANTINO,

DOUTOR ROSINHA

e ERNANI PUDELL

Apoio: Emilia Belinati e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador ao ser afastado para curso, mesmo que de duração superior a 6 (seis) meses, está a serviço do Estado, que tem o interesse de melhor qualificar seu pessoal.

De outro lado, não se pode esquecer que o recesso acadêmico não é coincidente em todos os países. A exemplo de cursos, inclusive, de especialização ou pós-graduação, em que os meses de janeiro, fevereiro e julho são plena atividade educacional. Ora, se intensivo ou extensivo, e

sem intervalo, não há porque prejudicar o trabalhador no seu direito constitucional de férias. Férias é um direito, hierarquicamente garantido e que não pode ser suprimido por nenhuma norma inferior.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Suprima-se a expressão: "efetivamente trabalhado" do parágrafo 5º do art. 2º, da proposição supra.

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Emilia Belinati e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador tem direito ao pagamento de férias, mesmo quando sob licença.

A expressão em questão afronta legislação vigente, inclusive norma do próprio Estatuto, além de jurisprudência, que preconizam: "Os dias faltosos não poderão ser descontados nas férias".

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Suprima-se o parágrafo 3º do art. 2º da proposição em epígrafe:

Sala das Sessões, em 11.11.93.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoio: Emilia Belinati e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

O Estado não deve impedir o trabalhador de poder fracionar suas férias, visto que não é ele quem determina o dia, mês e ano que pode usufruí-la, e sim, o empregador de acordo com sua conveniência.

O artigo 152 do Estatuto, Lei nº 6.174/70, preconiza esta organização, bem como as leis trabalhistas.

Portanto, haverá época em que não interessa ao trabalhador a fruição das férias em mês determinado pelo empregador. Como alternativa restará a faculdade de usufruir o restante das férias, no momento em que possa desfrutar do convívio de todos seus familiares.

Possibilidade, que só se concretiza se as férias puderem ser fracionadas.

Férias é um direito do trabalhador, e este deve usufruí-las da melhor forma possível. **Encerrada a discussão.**

Encaminharemos o Projeto para a Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 553/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/93, de autoria do Poder Executivo,

Mensagem nº 055/93, que dispõe que o Estado, suas autarquias e fundações deixarão de contribuir para o Programa Federal de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTATINO - Senhor Presidente, nós gostaríamos de solicitar e estamos encaminhando à Mesa, requerimento para a retirada, por 5 sessões, desse projeto, porque entendemos que há necessidade de uma maior análise e não gostaríamos de votar o projeto sem ter tido a oportunidade de consultar órgãos que entendemos necessário.

Pedimos a retirada por 5 sessões.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós fazemos um apelo ao Líder do PT que ao invés de cinco sessões nós retirássemos por duas sessões.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação o requerimento verbal do Deputado Ovídio Constantino, que deverá encaminhar requerimento formal.

Está Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 509/93.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 498/93, autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o prazo de transferência pelo Tesouro do Estado à Fundepar dos recursos relativos ao salário Educação e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de 497/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando a execução de Projetos Técnicos e Obras de Construção do Edifício sede da Casa Latino-Americana (CASLA). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 054/93, que aprova um crédito suplementar ao orçamento geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10195, de 15

Curitiba, quinta, em 11.11.93

de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais) conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. C.F. e C.O. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 439/93, autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa de Emergência de combate à fome no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P, C.O. e C.E.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por uma (1) sessão. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós analisando esse Projeto do Deputado Namir Piacentini, entendemos que o Projeto pode ter uma altíssima relevância social, mas fica impraticável ao governo do Estado do Paraná dar uma alimentação por dia aos alunos das escolas públicas estaduais e municipais do Estado do Paraná.

A iniciativa de criar despesas no Estado cabe ao Executivo e não ao Legislativo, e, ademais, a partir de agora a FAE estará encaminhando diretamente às Prefeituras os recursos destinados para alimentação escolar.

Então nós não podemos, embora entenda-se a relevância do projeto do Deputado Namir Piacentini, criar mais despesas para o Estado uma vez que não é nossa iniciativa, e aí o Estado ficaria com um ônus muito grande nesse projeto, razão pela qual nós somos contrários à aprovação desse projeto do Deputado Namir Piacentini.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Visto não se encontrar nesse Plenário o autor da propositura nós gostaríamos de requerer a retirada de votação desse projeto da Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito ao nobre Líder o PDT que formalize o requerimento.

Estando todos de acordo fica, portanto, adiado para terça-feira, a discussão do Projeto de Lei nº 439/93.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 416/93, de autoria do Deputado Severino Félix, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital São Jerônimo ao Município de São Jerônimo da Serra. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 250/93, que dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75/93, de 09.06.93.)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Por solicitação da Mesa Executiva desta queremos convidar a todos os senhores Parlamentares para sessão solene no próximo domingo dia 14 na Cidade de Bandeirantes às 20:00 horas, onde estarão sendo conferidos os títulos de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Serafin Meneghel, D. Carlota Meneghel, e "post mortem" Luiz Meneghel.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Gostaria de pedir a V.Exa. não só como Presidente desta Casa, mas como companheiro, amigo, que levasse nosso abraço à família Meneghel e justificasse a nossa ausência porque já temos diversos compromissos assumidos em nossa região e lamentavelmente não podemos estar presente, inclusive no aniversário de Pérola, município que represento nesta Casa.

Gostaria que cumprimentasse à família Meneghel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Cumprimos.

Por solicitação do Deputado Élio Rusch, estamos anunciando a presença do jovem Júnior Emerson Zarur, Líder da Juventude de Marechal Cândido Rondon.

Sobre a mesa, Requerimento n° 4465, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4461, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimentos n°s 4462 a 4464 e 4474 a 4476, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4466 a 4468, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4469, 4470 e 4473, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4472, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4471, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento n° 4479, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4483, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Maia, Duílio Genari, Ovídio Constantino e Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, foi lida uma mensagem do Governo na questão das vendas das ações da COPEL.

Queria requerer a Vossa Excelência e também com os líderes de outros partidos para que, antes que esta mensagem tramite nas Comissões de Finanças e Comissão de Constituição e Justiça, pudéssemos convidar os responsáveis pela Bolsa de Valores do Paraná para que pudessem prestar um esclarecimento a todos nós Parlamentares de como será essa tramitação via Bolsa de Valores, enfim, todos os esclarecimentos necessários a todos os parlamentares desta Casa a respeito de toda essa transação, de como funciona o sistema de bolsa de valores e como poderá ser tramitado esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Eu consulto se V.Exa. requer uma sessão especial.

O SR. RENATO ADUR - A intenção da nossa Bancada, e eu gostaria de consultar o Líder do PP, do PSDB, do PDT, do PT, do PTB e outros partidos para que pudéssemos transformar uma sessão plenária em sessão especial para fazermos um amplo debate a respeito das transações das ações da COPEL, abertura de capital e tudo mais dessa empresa, COPEL.

Gostaríamos de requerer a V. Exa., se fosse possível, na próxima semana num dia em que a Mesa pudesse determinar, quarta ou quinta-feira da próxima semana.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência que nos enviasse cópia de mensagem para que pudéssemos, antes de marcarmos uma data de sessão especial, analisar em conjunto com a nossa bancada, a bancada do Partido Progressista.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero sugerir ao Líder do Governo, em razão do pedido dele que nós atentássemos para a matéria publicada pela revista Isto É, hoje, sobre o setor

elétrico, dando conta da perspectiva de super valorização das ações das companhias de energia elétrica do Brasil e que nós chamássemos, até se possível, técnicos ligados à área do mercado de ações para ver se não estamos entregando o ouro para o bandido, com essa pressa de vender ações no momento inoportuno, talvez até aguardássemos a definição da lei de concessões públicas no Senado, para daí pensar em vender ações que tendem a valorizar 10, 15 vezes o valor que se encontram hoje.

Esta é a indagação que eu faço.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - É exatamente o que o Deputado Pudell acabou de mencionar, que nós queremos requerer a Vossa Excelência.

Que venham os técnicos da Bolsa de Valores do Paraná, que venham outros técnicos para prestar todos os esclarecimentos possíveis para que haja uma transparência total, inclusive este alerta que o Deputado Ernani Pudell acabou de mencionar, para que nós pudéssemos ter todos os conhecimentos necessários a respeito do que poderá ocorrer na questão das vendas dessas ações.

Eu conclamo a todos os líderes para que assinemos em conjunto este requerimento ao nosso Presidente, para que possamos ter aqui, numa sessão pública, numa sessão plenária todos os esclarecimentos necessários.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Nós concordamos com a proposta do Deputado Renato Adur, visto que se pretende colocar a par a situação em relação a venda dessas ações.

Nós achamos que a transparência se faz necessária neste momento, mas quero aqui, em nome da bancada do PDT reforçar o pedido feito pelo nobre Deputado Nilton Barbosa.

Eu creio que, sem antes tomarmos conhecimento desta mensagem se torna difícil fazer qualquer consciência crítica a respeito da mensagem ou dos problemas técnicos.

Eu gostaria até de reforçar o pedido do Deputado Nilton Barbosa e que se não pudéssemos fazer na quarta-feira, fizéssemos ainda na próxima semana, mas dando condição a que conhecessemos o teor da mensagem.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Segundo nos consta, a mensagem já se encontra na Mesa desta Casa, desde o dia 09 deste mês.

Requeremos ao Sr. Presidente que encaminhasse aos líderes uma cópia dessa mensagem.

Curitiba, quinta, em 11.11.93

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Nós gostaríamos de concordar em número, gênero e grau com líder do PMDB Deputado Renato Adur e como Presidente da Comissão de Finanças, a comissão a qual eu creio seja a mais importante para opinar na questão das ações, nós fazemos um apelo a todos os parlamentares que estudem a matéria o mais brevemente possível para que a gente possa, realmente, dar uma tramitação ágil e inteligente e que o Paraná não perca futuramente com os problemas da bolsa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, quero concordar em nome da liderança do PT com a iniciativa e ao mesmo tempo sugerir que seja convidado também o Sindicato dos Engenheiros do Paraná a participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado, nobre Deputado.

Há sobre a Mesa requerimento do Deputado Renato Adur, solicitando que se marque a data dessa sessão especial dia 17 deste mês, neste dia então a sessão ordinária da Assembléia será só sobre as questões desse projeto.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - É bom

que fique claro que nós não queremos aqui só os elementos da Bolsa de Valores do Paraná não, nós queremos também discutir a parte técnica.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós vamos acatar a solicitação de V.Exa. como também do Deputado Constantino.

O SR. NILTON BARBOSA - O Deputado Constantino foi muito feliz na sua lembrança do Sindicato dos Engenheiros. Agora, nós queremos representantes se possível do Ministério de Minas e Energia e de pessoas alheias ao processo político com relação à discussão técnica da coisa, porque vender é coisa fácil! Nós sabemos de pessoa que vendeu ação da COPEL lá a 18 "contos" e o Estado, 750 em menos de 60 dias.

Além das normas para a venda das bolsas de valores que creio a maioria aqui tenha conhecimento, nós queremos discutir a parte técnica da coisa. E mais, é bom que se venha, por parte do Executivo por não ter conhecimento da Mensagem eu não sei do que se trata ... É bom que se venha explicando a aplicação de recursos oriundos da venda das ações.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa Executiva providenciará o convite a todos os setores envolvidos.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 587/93 e do de Resolução n° 022/93.

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 439/93.

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 518, 540, 593, 595, 600, 615, 621, 626, 632, 633 e 635/93.

Levanta-se a Sessão.